



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 22 de julho de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS

Sefaz rechaça perda com decisão de SP sobre tablets 1
VEICULAÇÃO LOCAL

VALOR ECONÔMICO

Governo prepara edital para construir quatro novos portos 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Portos inaugurados há dois anos afundam na Amazônia 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília-DF :: Luiz Carlos Azedo 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

AGÊNCIA ESTADO

Pessimismo com vendas ao exterior volta a rondar Indústria 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

CONVERGÊNCIA DIGITAL

Guerra nos Tablets: Governo do Amazonas vai ao STF contra SP 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Tablets acirram guerra fiscal 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Preocupações no horizonte? :: Rodrigo L. Medeiros 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

TI INSIDE

Amazonas vai recorrer contra desoneração de tablets por SP 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Sefaz rechaça perda com decisão de SP sobre tablets		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Governo do Amazonas considera ineficaz decreto que desonera produção de tablets em São Paulo e vai ao STF.

Manaus - O decreto do Estado de São Paulo que desonera a produção de tablets é uma medida ineficaz, pois os investidores sabem da insegurança jurídica da medida e temem fazer qualquer investimento, avalia o Governo do **Amazonas**, segundo informações da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz). O secretário Isper Abraham disse, ontem, que o governo vai ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter a decisão paulista até a próxima segunda-feira.

Em maio, segundo o site G1, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, havia afirmado que 12 empresas tinham manifestado interesse na produção do equipamento no Brasil. Além da Foxconn, responsável pela montagem do iPad, da Apple, as outras 11 empresas eram, conforme o ministro, Positivo, Envision, Motorola, Samsung, LG, Itautec, Sanmina, Compalead, Semp Toshiba, AIOX e MXT.

No **Amazonas**, cinco empresas já estão com seus projetos de fabricação de tablets aprovados pelo Conselho de **Desenvolvimento** do **Amazonas** (Codam). A CBTD (antiga gradiente), Digibrás (CCE), Greenworld, Positivo e Samsung estão com estimativa de investir R\$ 405,3 milhões no Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**), com geração de mais de 300 empregos diretos.

A reportagem do DIÁRIO tentou contato com os consultores econômicos e a diretoria das empresas para saber se há risco dos projetos de implantação serem adiados ou até mesmo cancelados por conta dos benefícios concedidos por São Paulo, mas até o fechamento desta edição não houve resposta.

Ação no Supremo

Em entrevista coletiva, nesta quinta-feira, o secretário de Fazenda afirmou que até segunda-feira o governo do Estado vai entrar com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal para reverter o decreto 57.144, do Governo de São Paulo.

A medida paulista desonera a tributação do Impostos sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** em operações de saída de produtos de informática fabricados em São Paulo. A decisão contraria o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o próprio STF. A lei da informática já garante a redução para 7% na tributação do **ICMS** nas operações interestaduais de produtos que saem de São Paulo. Com o novo decreto, a alíquota final foi zerada.

“Ninguém garante que essa seja a última ação que vamos mover para defender a **Zona Franca** de **Manaus** (**ZFM**). Há quarenta anos nós vemos questões de concessões de benefícios fiscais ilegais, mas é **importante** saber que o Estado está vigilante e tentando garantir, por meio de todos os mecanismos legais, o modelo”, afirma Abraham.

MP foi passo importante pra atrair indústria

Um passo **importante** para atrair a produção de tablets para o País foi o incentivo fiscal dado recentemente ao equipamento, através da Medida Provisória 534, que dá ao equipamento o mesmo tratamento que os computadores com a Lei de Informática - que não garante incentivos sobre as alíquotas de **ICMS**.

As empresas que têm interesse em produzir no Brasil, utilizando benefícios fiscais, terão que seguir alguns critérios definidos pelo governo. O chamado Processo Produtivo Básico (**PPB**) determina que peças como baterias e gabinetes estão temporariamente dispensados da obrigação de serem produzidos no Brasil. Já as telas de cristal líquido, plasma ou outras tecnologias, poderão ser **importadas** até dezembro de 2013.

A placa-mãe é o único componente que deve ter 50% de nacionalização ainda em 2011. Em 2013, a exigência é que ela tenha 95% de produção nacional.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Governo prepara edital para construir quatro novos portos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fernanda Pires

Ministro da SEP nega a existência de estudos para privatização do sistema portuário

O ministro-chefe da Secretaria de Portos (SEP), Leônidas Cristino, disse que o governo está avançando na abertura de licitações para a construção de quatro novos portos e terminais: porto de **Manaus**, Porto Sul, na Bahia, porto de Águas Profundas, no Espírito Santo, e terminal de múltiplo uso de Vila do Conde, no Pará. Todos eles estão em fase de estudos para lançamento dos editais, o que deve ocorrer até o fim do ano.

Os mais adiantados são o de **Manaus**, que tem projeto básico e está em fase de conclusão do estudo de viabilidade técnica e econômica, e o de Vila do Conde. Na quarta-feira, foi realizada audiência pública na Companhia Docas do Pará sobre a licitação das áreas de arrendamento. Os dois portos representam investimento de R\$ 2 bilhões.

Em entrevista ao Valor, Cristino negou que o governo estuda a privatização do sistema portuário e reafirmou a manutenção do atual modelo. O arcabouço legal do setor prevê a concessão de porto público à iniciativa privada, por meio de licitação, por até 50 anos e autorização de terminal privativo, sem limite no tempo, desde que o empreendedor tenha carga própria. Segundo Cristino, o governo não prepara alteração no marco regulatório.

Parte da iniciativa privada reivindica a flexibilização da legislação portuária, com a eliminação de licitações para construção de portos, para acelerar os investimentos em infraestrutura. Atualmente, só é possível abrir mão da licitação quando o empreendedor tem carga própria em quantidade superior à de terceiros e usa o porto como forma de verticalizar seu negócio principal, como, por exemplo, Petrobras e Vale. Se a finalidade do negócio é prestar serviço de movimentação a terceiros, a regra é a licitação. O **Brasil** conta com 129 portos privativos e 34 portos públicos marítimos.

O que está na lei é o que vamos continuar a fazer no futuro próximo. Por enquanto não existe intenção de mudança, afirmou Cristino. O sistema portuário nacional é de porto

público com operação privada. Agora, se alguém precisa de porto, o **Governo Federal** tem a estrutura legal para fazer a autorização para construção de um terminal de uso privativo, desde que haja carga própria em quantidade superior à de terceiros e que essas sejam da mesma natureza. Isso é óbvio, disse o ministro.

De acordo com levantamento realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do **Brasil** (CNA), alguns Estados das regiões Norte e Nordeste deixaram de produzir 3 milhões de toneladas de soja e milho na safra passada por falta de portos marítimos próximos com capacidade de escoamento.

A CNA é uma das associações que lutam na Justiça contra o decreto 6.620, de 2008, que estabeleceu a necessidade de carga própria em quantidade superior à de terceiros para dispensa de licitação. Uma das reclamações é que a norma teria impedido os investimentos no setor. Cristino discorda. Para ele, os investimentos privados ocorrem à medida que o poder público acena com os aportes, que rareavam até a criação da SEP, em 2007. Até 2014, a SEP vai investir R\$ 5,276 bilhões em 66 obras por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As estimativas dão conta de que a iniciativa privada vai investir em torno de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões no período, afirmou o ministro. Da carteira referente ao **PAC 1**, até 2010, a SEP diz ter concluído 45% das obras civis e quase 70% do Programa Nacional de Dragagem, que está aprofundando os principais portos nacionais, o maior gargalo do setor, para permitir o tráfego de grandes embarcações.

Cerca de R\$ 500 milhões do montante previsto até 2014 serão destinados a um programa de inteligência logística que, segundo Cristino, deve aumentar em até 25% a eficiência da operação. São basicamente três ações: a instalação do VTMS (Vessel Traffic Management Information System, na sigla em inglês), ferramenta que fará o **monitoramento** virtual do tráfego de embarcações; o Porto Sem Papel, plataforma on-line para integrar os trâmites burocráticos de todos os quase 20 atores envolvidos numa operação de **comércio** exterior; e o Carga Inteligente, que fará a comunicação entre a indústria ou fazenda e o porto, de

forma que a mercadoria só seja enviada se houver disponibilidade de navio. O objetivo é evitar congestionamentos e otimizar o fluxo logístico.

Na terça-feira, durante visita ao porto de Santos para acompanhar a implementação do Porto Sem Papel, Cristino afirmou que o programa estará implantado até 1º de agosto - o prazo original era abril de 2010.

Também anunciou que lançará no início de agosto a licitação para o VTMS de Santos, o primeiro porto que terá o sistema para auxiliar o controle da navegação principalmente em dias de mau tempo. Será composto por torres de monitoramento instaladas ao longo do estuário e uma central de processamento e supervisão dos dados por elas transmitidos.

A primeira licitação do VTMS foi cancelada, porque os equipamentos não puderam ser incluídos no Reporto, o programa do Governo Federal de isenção de impostos para

aquisição de máquinas destinadas à modernização portuária. Já conversei com o ministro Fernando PIMentel [do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior], para que possamos usar o Reporto para o Carga Inteligente e VTMS.

Durante a visita a Santos, o ministro informou que já recebeu da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o desenho dos novos limites físicos do cais do porto. O novo traçado quase duplica a região portuária sob jurisdição da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), que atingirá cerca de 15 milhões de metros quadrados.

O pedido de ampliação foi protocolado há mais de um ano pela Codesp, que depende disso para poder tocar o projeto de expansão do porto, chamado Barnabé Bagres. Segundo Cristino, se não houver nenhum problema com o novo desenho, a intenção da Secretaria dos Portos é enviar a minuta do decreto para a Presidência da República ainda nesta semana.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Portos inaugurados há dois anos afundam na <u>Amazônia</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Além das denúncias de corrupção, obras do **Ministério** dos Transportes sofrem com a baixa qualidade. Cinco portos fluviais construídos no **Amazonas** nos últimos dois anos já apresentaram problemas, como rom**PIM**ento ou afundamento. Os gastos com os cinco portos - quatro deles entregues no ano passado - somam R\$ 44 milhões. O **Ministério** alega que as obras não suportaram as cheias dos rios amazônicos. Ontem, a presidente Dilma excluiu de reunião sobre o **PAC** o diretor do Dnit Hideraldo Caron (PT), também ameaçado de demissão

Dinheiro jogado no rio

Na **Amazônia**, cinco portos recém-concluídos pelo **Ministério** dos Transportes têm de ser refeitos

Chico de Gois

Em meio a denúncias de propinas e superfaturamento, o **Ministério** dos Transportes também terá de responder pela qualidade das obras que executa. Cinco portos fluviais no **Amazonas** - estado do ex-ministro Alfredo Nascimento - apresentaram problemas e tiveram que ser refeitos ou consertados no último ano. Quatro dessas obras foram concluídas ano passado. Os gastos com os cinco portos somam R\$44 milhões, sendo R\$33,6 milhões destinados à Eram - Estaleiro do Rio **Amazonas**, classificada como inidônea no site do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (Dnit), envolvido nas denúncias de corrupção.

A assessoria de imprensa do **Ministério** dos Transportes argumentou que os problemas nos portos deram-se, na maioria dos casos, porque as obras não suportaram as cheias dos rios amazônicos e os sedimentos levados pelas enchentes.

Inaugurado em março do ano passado por Dilma Rousseff, que era pré-candidata à Presidência e ministra da Casa Civil, e o então ministro Alfredo Nascimento, o porto de Humaitá teve sua estrutura naval desalinhada por causa de uma poita (peso de ferro) de 28 toneladas que se deslocou antes mesmo de o empreendimento ser entregue oficialmente à fiscalização da Companhia Docas do Maranhão (Codomar) - responsável pelos portos fluviais em todo país. Ou seja, Dilma e Nascimento inauguraram uma obra que ainda não podia ser utilizada pelo público.

O valor da construção em Humaitá foi de R\$12,8 milhões, e o responsável pelo empreendimento foi a Eram. A assessoria de imprensa do **Ministério** informou que ocorreu "acúmulo de troncos de árvores, vegetação e cipós, ocasionando esforço acima do dimensionado", o que teria provocado o acidente. O projeto da obra, pelo visto, não previu a força natural das águas do Rio Madeira.

O porto de Itacoatiara também apresentou problemas: a ponte de acesso ao cais flutuante do terminal hidroviário cedeu no momento em que uma pá carregadeira sobre pneus estava passando na ponte. Nesse caso, como no anterior, o empreendimento não havia sido recebido oficialmente pela Codomar e coube à Eram arcar com os gastos para o conserto. Valor da obra: R\$9,2 milhões.

Obras feitas por empresa inidônea

A Eram não estava numa maré de boa sorte e, por conta disso, uma falha de operação provocou outro acidente. Desta vez, foi no terminal de Manaquiri, que havia sido inaugurado dia 17 de março de 2010 com a presença de Alfredo Nascimento e outros políticos locais, mas ficou em atividade pouco mais de um mês. Atualmente o porto está funcionando, de acordo com a assessoria do **Ministério**.

Segundo o **Ministério** dos Transportes, "quando da vazante do Lago Jaquiri, em Manaquiri, o flutuante principal apoiou-se sobre a rampa de concreto do terminal hidroviário, em virtude de falha na operação porque o operador de guincho não soltou os cabos para que o flutuante acompanhasse a correnteza do lago". Esse contrato teve o valor de R\$3,8 milhões.

Outro empreendimento da Eram que apresentou problemas foi o terminal de Manacapuru. Cabos de aço de ancoragem se romperam, o que levou ao desalinhamento de pontes. De acordo com o **Ministério** dos Transportes, o rom**PIM**ento se deu por causa de "acúmulo de sedimentos (troncos de árvore e matos) no sistema de ancoragem do porto", o que teria submetido os cabos de aço a tensões maiores do que as projetadas. A obra está orçada em R\$7,9 milhões e não foi concluída.

No caso de Parintins, o porto foi inaugurado inicialmente em 2006 e as obras foram tocadas pelo 2º Grupamento de Engenharia do Exército. Em 2009, o Rio **Amazonas** subiu muito, e o maior porto fluvial do estado foi invadido pelas águas. As obras de reconstrução foram orçadas em R\$10,8 milhões. A obra inicial do porto custou mais de R\$14 milhões.

"O Exército desenvolveu projetos a partir dos quais foram executadas obras de readequação do empreendimento que consistiam em evitar a invasão das águas do rio na área do terminal e aperfeiçoar o sistema de atracação das embarcações", explica o **Ministério**.

O terminal de Parintins seria reinaugurado por Alfredo Nascimento em 17 de junho, mas a licença ambiental para a obra estava vencida. Em seguida, duas semanas depois, estourou a onda de escândalos no **Ministério** dos Transportes e no Dnit. E a reinauguração oficial foi suspensa, por ora.

A Eram teve oito aditivos em contratos com Codomar a partir de abril deste ano, mesmo depois do alerta do Dnit sobre sua inidoneidade, o que a proíbe de licitar e contratar com o poder público do **Amazonas**, como informou O GLOBO na edição de anteontem. A Codemar é vinculada ao **Ministério** dos Transportes e mantém convênio com o Dnit para obras em terminais hidroviários.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO Brasília-DF :: Luiz Carlos Azedo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Guerra

Vem aí a guerra dos tablets. O governador do **Amazonas**, Omar Aziz (PMN), pretende entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra o governo de São Paulo devido à alíquota de 7% do **ICMS** cobrada pelo

Executivo paulista aos fabricantes de tablets que se instalarem no estado. A taxa dos tablets fabricados no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** é de 18%

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO		EDITORIA
	TÍTULO Pessimismo com vendas ao exterior volta a rondar Indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por outro lado, empresários estão confiantes quanto ao emprego e demanda interna

Com a redução das atividades na indústria em junho, os empresários do setor ficaram menos otimistas em relação às vendas de produtos para o exterior (exportações), segundo a Sondagem Industrial divulgada nesta sexta-feira (22) pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

A pesquisa, feita com 1.692 empresas de todo o país, entre os dias 1º e 15 de julho deste ano, revela a percepção dos empresários sobre o desempenho da produção, do emprego, dos estoques e da utilização da capacidade instalada da indústria.

Se, por um lado, está reticente quanto às vendas ao exterior, por outro, a indústria continua confiante em relação à demanda para os próximos seis meses, ao número de empregados nas companhias e às compras de matérias-primas, que subiram em julho na comparação com o mês passado.

A estimativa dos industriais para as exportações passou de 50,4 pontos em junho para 48 pontos em julho. O documento da CNI ressalta que "o pessimismo voltou a predominar com relação às exportações industriais", já que o indicador voltou a ficar abaixo da linha divisória dos 50 pontos.

As perspectivas relativas à demanda para os próximos seis meses permanecem otimistas, passando de 61,6 pontos no mês passado para 61,9 pontos este mês. O indicador segue acima da média histórica de 59,9 pontos calculada pela entidade representativa dos industriais.

Em relação ao quadro de pessoal, o indicador apresentou leve alta este mês em relação a junho, passando de 54 pontos para 54,2 pontos. Segundo o documento da CNI, "os empresários mostram, em julho, o mesmo otimismo do mês anterior com relação à evolução futura do número de empregados". No caso das encomendas, houve uma pequena elevação neste mês.

	VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL		EDITORIA
	TÍTULO Guerra nos Tablets: Governo do <u>Amazonas</u> vai ao STF contra SP		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Governo do Amazonas vai entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Governo de São Paulo em face do decreto 57.144/11, que desonera a comercialização de tablets fabricados naquele Estado.

O decreto paulista elimina a incidência do imposto, incentivando a produção de tablets em São Paulo. Com esse incentivo, o Estado do Sudeste adquire uma grande vantagem na atração de fabricantes desses equipamentos, em detrimento de outros centros produtivos, principalmente, a Zona Franca de Manaus. O decreto, assinado pelo governador Geraldo Alckmin, foi publicado na edição desta terça-feira, 19/07, no Diário Oficial de São Paulo.

Mas a medida é polêmica porque o STF decidiu que qualquer incentivo de ICMS só poderia ser concedido após aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários de Fazenda de todas as unidades da Federação. A briga também está no Congresso Nacional e há uma mobilização da bancada do Amazonas para tentar restringir a produção dos tablets apenas na Zona Franca.

Segundo reportagem do jornal A Crítica, de Manaus, na semana passada, Samsung e Positivo Informática tiveram seus projetos aprovados na última reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), que avalia a concessão de incentivos fiscais de ICMS no Estado.

A concessão de incentivos fiscais por outros Estados sempre foi combatida pelos defensores da Zona Franca sob o argumento de que a Constituição Federal garante ao modelo a exclusividade nessa ferramenta de desenvolvimento.

Na ação que está sendo preparada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), com auxílio da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), o Governo do Amazonas vai sustentar que a medida é ilegal, tanto na forma, por não ter sido submetida ao Confaz, quanto no conteúdo, porque não pode haver regime de tributação diferenciado para um mesmo produto.

Omar Aziz lembrou que o Amazonas já recorreu outras vezes em relação a incentivos de ICMS concedidos por São Paulo e também pelo Paraná. “São Paulo recuou, mas depois reeditou o decreto de forma um pouco diferenciada, burlando o que o Supremo tinha decidido”, disse o governador.

Em conversa com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o governador Omar Aziz cobrou providências contra os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, que estão importando condicionador de ar split da China sem cobrar ICMS.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Tablets acirram guerra fiscal		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Luciano Máximo | De São Paulo

O governo do Amazonas vai acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar os incentivos fiscais do Estado de São Paulo para produção e comercialização de tablets. Em menos de um ano, será a segunda ação direta de inconstitucionalidade (Adin) do Amazonas contra São Paulo em função da chamada guerra fiscal.

Há menos de um mês, o STF decidiu que qualquer incentivo de ICMS só poderia ser concedido após aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários de Fazenda de todas as unidades da Federação, mas recente decreto paulista fere essa determinação, na visão do governo amazonense. Na prática, São Paulo eliminou a incidência do imposto para estimular a produção de tablets no Estado, prejudicando a competitividade da Zona Franca de Manaus, que já conta

com cinco empresas interessadas em produzir o equipamento a uma alíquota de 12%.

Com esse incentivo, São Paulo adquire uma grande vantagem na atração de fabricantes dos tablets, em detrimento de outros centros produtivos. A reação do secretário estadual da Fazenda do Amazonas, Thomaz Nogueira, foi furiosa. "A concessão de incentivos fiscais na forma efetuada pelo Estado de São Paulo para a produção de tablets é inócua, porque é ilegal. Essa é a posição do governo do Amazonas que denuncia mais uma investida de São Paulo no capítulo da guerra fiscal", critica Nogueira.

Para ele, o investidor que se aproveita da decisão de São Paulo corre o risco de perder dinheiro. "A insegurança jurídica é enorme, é temerário fundamentar investimentos nessas bases."

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO	Preocupações no horizonte? :: Rodrigo L. Medeiros	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

"Fazer de conta que o certo é errado e o errado é certo porque o errado é útil".

No contexto das precárias condições que se esperava que fosse perdurar por um bom tempo, Keynes (1932) recomendou que se "fizesse de conta, para nós mesmos e para todo mundo, que o certo é errado e o errado é certo; porque o errado é útil e o certo não". Não há como negar que o mundo vive ainda os efeitos perversos da crise de 2008. Na União Europeia (UE) seus desdobramentos ameaçam a integridade do euro e o pacto civilizatório social-democrata do pós-guerra. Nos EUA, o desemprego e o lobby financista formam parte daquilo que John K. Galbraith certamente chamaria de "tirania das circunstâncias". Alguma reflexão se faz necessária para o caso brasileiro.

Para tanto, citarei alguns dados disponíveis on-line do **Ministério do Desenvolvimento** brasileiro. Do saldo do **comércio** exterior por Estados da federação, o **Amazonas** acumulou um déficit, entre janeiro e junho corrente, de US\$ 5,7 bilhões (FOB). Quando se faz alguma crítica desenvolvimentista ao Polo Industrial de **Manaus**, muitos ainda ficam nervosos. São Paulo, por sua vez, apresentou um acumulado no ano deficitário de US\$ 12,5 bilhões, revelando muito sobre o que vem acontecendo com o polo industrial mais sofisticado do país.

O superávit comercial brasileiro no primeiro semestre do ano corrente de US\$ 13 bilhões se deu por conta da valorização dos preços dos produtos básicos (commodities). Nesse mesmo período, a participação dos básicos representou 47,5% das **exportações**, contra 43,4% para o primeiro semestre de 2010. Os semimanufaturados mantiveram sua posição, isto é, 13,7% das **exportações** no primeiro semestre contra 13,9% para o mesmo período de 2010. Já os manufaturados regrediram para uma participação nas **exportações** de 36,7%, quando comparados com 40,5% no primeiro semestre de 2010.

Muitos ainda negam a desindustrialização em curso no Brasil. O crescimento do volume **exportado** das commodities esteve abaixo da valorização dos preços das mesmas. A Ásia representou 28,7% dos destinos das **exportações** brasileiras no primeiro semestre de 2011 (a China, 16,9%). Os asiáticos

têm participação de 31% nas **importações** brasileiras (a China, 14%). A UE respondeu por 20,3% das nossas **importações** no primeiro semestre do ano corrente. Os asiáticos cresceram na participação das **importações** brasileiras: de 30,6% no primeiro semestre de 2010 para os 31% já citados. Os Estados Unidos, por sua vez, participaram com 15,1% das nossas **importações**.

Bens de capital representaram 21% das **importações** brasileiras neste primeiro semestre. Sob alguma influência das multinacionais instaladas no país e do câmbio, matérias-primas e intermediários responderam por 45,5% das nossas **importações** no ano.

Algumas reflexões se fazem necessárias. O que aconteceria caso ocorresse uma mudança abrupta no estado de confiança dos negócios no Brasil? Setores da mídia já falam em "bolha" e a nova diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, advertiu os emergentes quanto ao influxo de capitais estrangeiros. O governo Dilma Rousseff tem condições políticas e coragem para efetivar uma nova política industrial sintonizada com mudanças necessárias na macroeconomia vigente?

"A questão do controle de capitais é um problema técnico, e não uma visão ideológica", declarou publicamente Olivier Blanchard, o economista-chefe do FMI. O **Brasil** pratica uma das taxas básicas de juros mais elevadas do planeta e já há sinais de desindustrialização prematura de atividades e etapas produtivas. Quando se analisa o resultado nominal do governo central, nota-se como a carga dos juros nominais pesa no resultado fiscal brasileiro. Ela transforma superávits primários em déficits nominais, além de ultrapassar em muito as várias rubricas sociais do gasto público.

Costuma-se aceitar por definição que a economia é a ciência que estuda o comportamento humano como relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos. Fenômenos associados a preços, dinheiro, **produção**, **mercado** e barganha são vistos como consequências do problema da escassez. Não deixa de ser irônico o fato de que a famosa definição de Lionel Robbins (1932) tenha se dado no contexto da brutal ociosidade de recursos na economia mundial.

A "ciência sombria" de Thomas Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823) sofreria uma grande revolução a partir do trabalho de John Maynard Keynes (1936). Pode-se afirmar que os dois principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos - o desemprego e a arbitrária e desigual distribuição da riqueza e da renda- não foram resolvidos no ciclo neoliberal iniciado por governos conservadores 30 anos atrás.

No Brasil ocorreu uma acomodação com o boom das commodities da década de 2000. As expectativas políticas dominantes já apontavam para um Brasil se tornando uma espécie de celeiro do mundo. Para alguns, pouco importa que 80% dos brasileiros vivam em áreas urbanas e que, portanto, a industrialização não poderia ser abandonada como estratégia de desenvolvimento nacional.

Há, como sempre, que se tentar dialogar com os falcões tupiniquins. Antes era preciso subir a taxa básica de juros para atrair capitais externos porque havia "escassez" destes e elevar o superávit primário para dar credibilidade ao governo brasileiro. Quando se atingiu o tal grau de investimento, o discurso dos falcões deslocou-se para o combate da inflação de commodities. O resultado? Pois bem, em abril de 2011, informou o BC brasileiro, o déficit acumulado nas transações correntes em 12 meses aproximou-se de US\$ 49 bilhões.

Rodrigo L. Medeiros é doutor em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ, sócio da Associação Keynesiana Brasileira (AKB) e integrante da rede Economists for Full Employment do Levy Economics Institute of Bard College (NY).

	VEÍCULO TI INSIDE		EDITORIA
	TÍTULO <u>Amazonas</u> vai recorrer contra desoneração de tablets por SP		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo do **Amazonas** anunciou que vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o governo de São Paulo por causa do Decreto 57.144/11, que desonera a venda de tablet PCs fabricados no estado, publicado no Diário Oficial do Estado na terça-feira, 19.

O que motivou o governador Omar Aziz a recorrer ao órgão é o fato de a medida contrariar decisão do STF há cerca de um mês, que suspendeu concessão de qualquer incentivo envolvendo o Imposto Sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** sem aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários de Fazenda de todas as unidades da federação.

Com o decreto, o governo paulista reduziu para 7% a tributação em operações de saída dos produtos de informática fabricados em São Paulo. Com os créditos do imposto que as empresas já gozam junto à Fazenda paulista, a alíquota do **ICMS** nessas operações cai para 0% (leia mais sobre o assunto em "links relacionados" abaixo).

A principal desvantagem para o **Amazonas** está nas operações realizadas pelo **comércio** de São Paulo, que venderão o produto produzido por indústrias paulistas com alíquota de 7%, enquanto aqueles que são produzidos no Polo Industrial de **Manaus** pagarão alíquota de **ICMS** de 18%. Para o governador amazonense, a decreto paulista é uma medida inócua, pois os investidores sabem da insegurança jurídica da medida.

Na ação que está sendo preparada pela Procuradoria Geral do Estado, com auxílio da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), o governo do **Amazonas** vai sustentar que a medida é ilegal, tanto na forma, por não ter sido submetida ao Confaz, quanto no conteúdo, porque não pode haver regime de tributação diferenciado para um mesmo produto.

De acordo com o governador Omar Aziz, o governo paulista está usando o mesmo critério que utilizou para **produção** de **monitores** e celulares e que prejudicou a **produção** desses bens no Polo de **Manaus**. "O que é de se estranhar é que há cerca de um mês o Supremo decidiu sobre essa matéria. Essa guerra fiscal com São Paulo chega ao extremo. Se o **Governo Federal** não tomar providências

imediatas dando competitividade aos nossos produtos, cada vez mais corremos perigo", disse o governador, que aguarda reunião na próxima semana com a presidente Dilma Rousseff para tratar dessa e de outras questões referentes à competitividade do Polo Industrial de **Manaus**.

Omar Aziz lembrou que o **Amazonas** já recorreu outras vezes em relação a incentivos de **ICMS** concedidos por São Paulo e também pelo governo do Paraná, que recuaram. "São Paulo recuou, mas depois reeditou o decreto de forma um pouco diferenciada, burlando o que o Supremo tinha decidido, mas dessa vez nos vamos tomar providências", garantiu.

O governador vai protestar junto à presidente ao que ele chama de luta desigual da **Zona Franca** de **Manaus** com outros estados. Nesta quarta-feira, 20, ele falou por telefone com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e voltou a cobrar providências contra os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, que estão **importando** condicionador de ar split da China sem cobrar **ICMS**. "Temos **produção** de split no **Amazonas** gerando mais de cem empregos e nesses estados estão **importando** sem gerar nenhum emprego, sem gerar receita e desonerando **ICMS**", reclamou o governador.

Segundo ele, a desoneração completa do imposto estadual em São Paulo prejudica a implantação de empresas produtoras de tablets em **Manaus**. Nas últimas reuniões do Conselho de **Desenvolvimento** do **Amazonas** (Codam) foram aprovados cinco projetos para fabricar o produto, com investimentos da ordem de R\$ 405,3 milhões das empresas CBTD, Digibrás, Greenworld, Positivo e Samsung, que estimam gerar 220 empregos diretos.

Esta não é a primeira vez que o estado recorre contra medidas que prejudicam a competitividade da **Zona Franca** de **Manaus**. Em 2006, o governo do **Amazonas** entrou com uma ação discriminatória porque os celulares e **monitores** ao serem vendidos para São Paulo foram sobretaxados em 11%, ficando com alíquota final de 18% quando o normal seria de 7%.

No ano passado, a montadora Kasinski desistiu de implantar uma nova fábrica no Polo de **Manaus**, mesmo tendo o projeto aprovado pelo Codam e já tendo iniciado as contratações de funcionários, porque recebeu vantagens fiscais

concedidas pelo governador carioca Sérgio Cabral. O governo do Rio de Janeiro reduziu a alíquota de 18 para 4%

para as indústrias de veículos elétricos e estabeleceu em 2% o ICMS para os atacadistas de peças do setor.